

As famílias dos servidores que ganham baixos salários vão passar dificuldades este mês em Maringá.



Não bastasse o erro grave no desconto indevido de 11% sobre as horas extras ([relembre o caso aqui](#)), a administração do prefeito

Carlos Roberto Pupin

(PP) deixou de pagar também o salário-família na folha deste mês. Uma irresponsabilidade sem tamanho com os trabalhadores que têm seu dinheiro contado para as despesas mensais e para o sustento de seus lares.

A falha da administração foi notada depois que o sindicato dos servidores (SISMMAR) divulgou o desconto indevido sobre as horas extras. Foi então que os servidores deram falta do salário-família ao conferirem atentamente seus holerites. Nesta sexta-feira (2), muitos têm ligado para o sindicato preocupados, porque não podem ficar sem esses recursos.

A falha no não pagamento do salário-família é ainda mais grave porque afeta diretamente os servidores da base salarial da pirâmide de cargos e salários da Prefeitura de Maringá. Esse adicional, de R\$ 29 por filho, só é concedido àqueles que ganham no máximo R\$ 1.212,64 – incluindo os adicionais por tempo de serviço.

Para os incontáveis CCs (cargos comissionados por indicação política), pode não parecer muito, mas essa falha tem um peso enorme no orçamento de quem ganha pouco. Trata-se do pior momento para os servidores desde que esta administração há 12 anos assumiu a prefeitura, além de descontar os dias parados da greve como forma de retaliação dos trabalhadores, para punir quem aderiu a uma paralisação legal e justa pela reposição da inflação.

Desta vez, a falha grave da administração no não pagamento do salário-família pode ter consequência semelhante àquela da greve: deixar os trabalhadores que ganham pouco em situação delicada para o sustento de seus filhos. A irresponsabilidade e incompetência de um prefeito não podem chegar a níveis alarmantes como esse. Há limite para tudo. O chefe do Executivo tem de ser mais responsável.

O SISMMAR cobra uma folha complementar imediata para o pagamento do que é devido por entender que não há condições de esperar até o mês que vem. Não é justo, e medidas jurídicas já estão sendo tomadas, o que inclui o pedido de providências junto ao Ministério

Público.